

**EDcl nos EDcl no ARE no RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.259.812 - MT (2018/0053610-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE : VALDEMIRO GUENO - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : UMBERTO JOÃO GUENO - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : LEONARDO RANDAZZO NETO E OUTRO(S) - MT003504A**  
**PRISCILA KÁTIA MIGUEL FAKINE - MT013706**  
**EMBARGADO : O TELHAR AGROPECUARIA LTDA**  
**ADVOGADOS : AMAURI MOREIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - MT005882**  
**ADRIANO CARRELO SILVA - MT006602**  
**PAULO INÁCIO HELENE LESSA - MT006571**  
**LUIS CELSO CECILIO LEITE RIBEIRO - SP173318**  
**FERNANDO RODRIGO FARIAS SILVA - SP257373**  
**LEANDRO CAMPOS MIRRA - RJ186585**

**DESPACHO**

Trata-se de embargos de declaração, opostos por VALDEMIRO GUENO - ESPÓLIO, contra acórdão proferido pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou os aclaratórios anteriores opostos contra aresto que não conheceu o agravo em recurso extraordinário. Eis a ementa dos prévios embargos (fl. 1.231)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Consoante a literalidade do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, e/ou corrigir eventual erro material.

2. O recurso aclaratório possui finalidade integrativa e, portanto, não se presta à reforma do entendimento aplicado ou ao rejugamento da causa, conforme pretende o embargante.

3. Embargos de declaração rejeitados.

Já o aresto que não conheceu o agravo em recurso extraordinário foi assim sintetizado (fls. 1.203):

AGRADO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual

# *Superior Tribunal de Justiça*

Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

Alega a parte embargante, às fls. 1.244/1.246, que "o decisum esgrimido mostra-se contraditório à garantia constitucional do amplo acesso à justiça, razão pela qual requer seja o mesmo reconstruído, do modo a, em atenção ao princípio da instrumentalidade das formas, admitir o versando recurso de agravo como agravo interno, para efeito de conhecê-lo" (fl. 1.245).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.250/1.252.

É o relatório.

Não há mais nada a prover ou desprover na espécie.

De fato, ao não conhecer do agravo em recurso extraordinário, esgotou-se a jurisdição deste Superior Tribunal de Justiça, devendo-se certificar o trânsito em julgado.

No mais, observa-se a clara recalcitrância da parte e o seu intento procrastinatório no aviamento dos segundos embargos de declaração, situação manifestamente inadmissível, notadamente diante do que dispõem os postulados da lealdade e boa fé processual.

Evidencia-se, portanto, o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça, inexistindo a possibilidade da análise destes aclaratórios.

Feitas essas considerações, **determino a certificação do trânsito em julgado e o arquivamento imediato desta e de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente